

APRESENTAÇÃO

Joaquim Pais de Brito
e João Leal

1. Nos últimos anos tem-se vindo a assistir a um interesse acrescido pela história das práticas e discursos etnográficos em Portugal. Este interesse tem incidido sobre tópicos relativamente diversificados, abrangendo desde visões de conjunto da antropologia portuguesa oitocentista (Leal 1995, Santos Silva 1997) a estudos de figuras emblemáticas da disciplina (Branco 1995, Leal 1996) ou a investigações sobre aspectos mais recentes do desenvolvimento das disciplinas etnográficas portuguesas — seja durante o final do Estado Novo (Pais de Brito 1995), seja já no imediato pós-25 de Abril (Branco e Oliveira 1993). A maior parte desses estudos recentes, no seguimento, aliás, da tendência prevaiente nos trabalhos de história da antropologia portuguesa a partir do final dos anos 80 (cf. Branco 1986, Leal 1988 e 1993, Pina Cabral 1991), tem entretanto privilegiado figuras que estão ligadas àquilo que poderíamos designar como o *main stream* da antropologia portuguesa: cientistas, intelectuais ou eruditos que escrevem a partir dos grandes centros urbanos — designadamente Lisboa e Porto — e cujas ideias se inscrevem e circulam, com maior ou menor destaque, num campo *nacional* de comunicação literária ou científica.

Em consequência, tem sido reduzida a visibilidade da *dimensão local* das práticas e discursos etnográficos em Portugal, isto é, de um conjunto de autores que falaram a partir da sua *terra* — seja esta uma localidade, um concelho ou uma região — e de estratégias de identificação com esses territórios onde nasceram e viveram e aos quais pertenceram (cf. Santos Silva 1995).

Esses etnógrafos locais são entretanto parte integrante da paisagem da antropologia portuguesa desde pelo menos finais do século XIX. Autores de obras por vezes muito extensas que não cessaram de alimentar as bibliografias dos etnógrafos e antropólogos centrais, mantendo frequentemente com estes relações duradouras de amizade e de troca de ideias e informações, os etnógrafos locais foram parte activa e interessada no projecto de descrição e interpelação das culturas populares portuguesas em torno do qual se organizou historicamente a antropologia em Portugal. Sobretudo a partir da viragem do século, aquele apenas se pôde desenvolver na medida em que se tornou num empreendimento participado por um número crescente de protagonistas disseminados pelo país, actuando em ligação estreita com as figuras e tendências dominantes nos grandes centros urbanos. A consulta das listas de colaboradores da *Portugalia* — onde avultam nomes como Santos Graça, Silva Picão ou Tude de Sousa — e da *Revista Lusitana* — onde A. Tomás Pires e Cláudio Basto publicaram regularmente — é a este respeito esclarecedora. Inversamente, as frequentes colaborações de etnógrafos centrais em revistas de âmbito local ou

regional, como a *Ilustração Transmontana* (Porto, 1908-1909), *A Tradição* (Serpa, 1899), a *Terra Nossa* (Lisboa, 1916), a *Alma Nova* (Lisboa, 1916-1925) ou a *Lusa* (Viana do Castelo, 1917-1924), confirmam essa estreita associação entre local e central, entre regional e nacional, na história da antropologia portuguesa.

2. É a essa dimensão local da etnografia e da antropologia portuguesas que é consagrado o presente número da *Etnográfica*. Na sua base encontram-se algumas das comunicações apresentadas ao colóquio "Etnografias e Etnógrafos Locais" promovido pelo Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS) do ISCTE, em 11 de Abril de 1997.

O objectivo principal do colóquio era reunir um primeiro conjunto de aproximações à produção etnográfica local e/ou regional portuguesa no período compreendido entre a viragem do século e os anos 50/60 do século XX. A aceção dada à designação "Etnografias e Etnógrafos Locais" era, à partida, relativamente aberta, admitindo-se que as contribuições cobrissem não apenas a obra de

etnógrafos comprometidos com a descrição e a interpretação das realidades locais ou regionais da sua "terra", mas [também] revistas, monografias particularmente significativas, instituições ou empreendimentos museológicos e de acção cultural situados no mesmo horizonte.

Simultaneamente, propunha-se um leque relativamente diversificado de questões susceptíveis de organizarem o tratamento dado aos autores e/ou produções escolhidas:

a) a análise dos meios sociais, políticos e culturais "locais" onde se inscrevem os actores, produções, instituições ou projectos de etnografia local e/ou regional; b) a análise, nos planos científico, cultural e político, da interacção entre "periferia" e "centro" na produção desses saberes e projectos etnográficos; c) a investigação das características principais dessas etnografias, encaradas como um género dotado de algumas regras e/ou constantes próprias; d) a pesquisa das modalidades de produção e reivindicação de identidade local e/ou regional presentes neste tipo de produção etnográfica.

Em suma, pretendia-se que esta primeira reflexão colectiva em torno da dimensão local da etnografia portuguesa constituísse um momento relativamente aberto e exploratório de apresentação e de confronto de ideias, eventualmente capaz de estimular ulteriores contribuições neste domínio.

3. As comunicações apresentadas ao colóquio e os artigos que — com base nelas — agora se publicam são por isso marcados inevitavelmente por uma certa diversidade temática e analítica.

O artigo de João Leal ("Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia 1880-1940") com que abre a presente colectânea, por exemplo, mais do que uma análise estrita de uma etnografia ou mesmo de um conjunto de etnografias

locais, aborda antes um conjunto de discursos literários, políticos e etnográficos que argumentaram a identidade dos Açores através de um conjunto de afirmações e juízos sobre o povo, sobre raízes étnicas e sobre cultura. Nessa medida, apesar das suas diferentes origens disciplinares, esses discursos podem ser encarados como expressões de um projecto comum, unificado em torno daquilo que João Leal designa como uma “etnografia espontânea” dos Açores. Propondo-se perseguir nesses discursos a gradual emergência, entre 1880 e 1940, do conceito de açorianidade, o autor fala-nos também da sua centralidade nos desenvolvimentos políticos, culturais e ideológicos pós-autonómicos, sugerindo a este respeito a necessidade de aprofundar o estudo da sua eficácia nas representações da identidade regional dominantes nas populações do arquipélago.

É justamente em torno da problemática da eficácia social dos discursos etnográficos locais que se estrutura a contribuição de João Vasconcelos (“Tempos Remotos. A Tradição como Objectificação da Cultura Local”). Partindo também de uma acepção ampla de etnografia — palavra que designaria “qualquer empreendimento que, propositada ou acidentalmente, contribua para produzir uma representação da cultura” —, João Vasconcelos, ao mesmo tempo que procede à identificação de algumas etnografias que desde os anos 30 até ao presente têm vindo a abordar a Serra de Arga (Alto Minho), está sobretudo atento à avaliação do impacte dessas etnografias nas representações e práticas sobre cultura, tradição e folclore locais entre as populações serranas. O seu texto propõe nessa medida uma reflexão alargada sobre as modalidades de circulação dos saberes etnográficos locais.

No seu artigo, João Vasconcelos confere particular ênfase a autores e projectos de etnografia local que se desenvolveram entre os anos 30 e os anos 50/60, sugerindo o seu enquadramento numa conjuntura dominada, a nível nacional, pela política folclorista do Estado Novo. É essa conjuntura que fornece justamente o ponto de partida da contribuição de Vera Marques Alves (“Os Etnógrafos Locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um Estudo de Caso”), centrada na análise das relações entre o SPN/SNI e os etnógrafos da “periferia”. Socorrendo-se de documentação inédita existente nos arquivos daquele organismo, a autora, a partir de um estudo de caso sobre a cooperação estabelecida entre o SPN/SNI e Sales Viana — um erudito local de Castelo Branco —, propõe uma reflexão mais alargada sobre o relacionamento entre “centro” e “periferia” etnográficos no decurso do Estado Novo. O modo como esse relacionamento era dominado pelos propósitos de esteticização da cultura popular presentes na “política de espírito” do Estado Novo é, em particular, sublinhado: não eram conhecimentos etnográficos aquilo que o Estado Novo pedia à periferia, mas sim aptidões “coreográficas” para as suas operações de encenação do “povo”.

Quanto ao artigo de Pedro Prista (“O Livro de Alportel e a Etnografia em Estanco Louro”), situa-se na continuidade da preocupação do seu autor com os modos de representação do Algarve na literatura etnográfica (Prista 1994). Depois de uma caracterização inicial da produção monográfica sobre o Algarve

no período que vai da viragem do século XIX à primeira metade do século XX, Pedro Prista centra-se no *Livro de Alportel*, de Estanco Louro, encarado como texto exemplar dessa produção. Por seu intermédio somos confrontados com o carácter radical que frequentemente assumem as etnografias locais, como espaços de envolvimento minuciosamente completos e pessoalmente engajados de produção de saberes. Retendo estas características na produção de Estanco Louro, Pedro Prista levanta a partir delas algumas questões sobre as virtualidades e os limites do empreendimento etnográfico tal como este tem vindo a ser problematizado pela antropologia pós-moderna.

O artigo de Luís Martins com que fecha este número temático da *Etnográfica* (“Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Pesqueiras”) centra-se na figura de Baldaque da Silva, autor de uma obra que, apesar do lastro “legendário” que transporta consigo, tinha permanecido até agora ao abrigo de um olhar analítico mais aprofundado. Essa obra é caracterizada por uma certa singularidade. Desde logo, porque — à semelhança do que aconteceu com alguns autores analisados por João Leal e João Vasconcelos — o espaço a partir do qual Baldaque da Silva escreve é, mais uma vez, um espaço que não se dá como imediatamente etnográfico, no sentido mais estrito da palavra. Oficial da Marinha, Baldaque da Silva compõe de facto a sua obra no quadro das preocupações da administração central relativamente ao levantamento dos recursos pesqueiros nacionais. Essa singularidade reencontra-se, em segundo lugar, no modo como o “local” para o qual nos remetem os escritos de Baldaque da Silva é constituído pelo conjunto das comunidades costeiras do território nacional. O autor constrói entretanto com elas uma relação de identificação e pertença — sublinhada por Luís Martins — que se aproxima em muito da relação que, emblematicamente, o etnógrafo local estabelece com a sua *terra*: uma relação onde a paixão pela “pequena pátria” — constituída neste caso pelas comunidades costeiras — e a vontade do seu conhecimento minucioso a partir de dentro se misturam. Contextualizando historicamente a figura de Baldaque da Silva e as condições do desenvolvimento desta sua paixão por uma etnografia das comunidades costeiras, o artigo de Luís Martins problematiza ainda as razões do alheamento da antropologia — tanto ao nível central como ao nível local — pelo mar e pelas populações que dela tiram o seu sustento. O seu artigo é também, nessa medida, uma contribuição acerca da singular ausência das comunidades costeiras no universo da etnografia portuguesa no sentido usual da palavra.

4. Apesar da diversidade que caracteriza as contribuições reunidas no presente volume, há algumas grandes linhas de diálogo que emergem de um confronto atento entre elas.

A primeira dessas linhas de diálogo tem a ver com a definição mesma de etnografias locais. O ponto de partida do colóquio de que resulta o presente número da *Etnográfica* era, a esse respeito, relativamente abrangente e aberto, como notámos atrás. Alguns dos artigos agora publicados sugerem uma definição ainda mais ampla de etnografias locais.

É o caso da contribuição de João Leal, autor para quem a compreensão de textos mais “canonicamente” etnográficos sobre os Açores — como parece ser o caso dos ensaios do etnógrafo terceirense Luís Ribeiro — apenas se pode fazer por intermédio da sua inserção no quadro de um conjunto de tradições discursivas provenientes de áreas como a literatura, a política ou a história. O que importa não são tanto os géneros no interior dos quais os textos eventualmente se inscrevem, mas o modo como todos eles se reportam a um horizonte comum dominado por temáticas de contornos etnográficos. É justamente para dar conta da unidade desses textos que João Leal propõe a expressão de “etnografia espontânea”. É num sentido idêntico que se orienta a contribuição de João Vasconcelos. Também para este autor, a aparente diversidade de suportes discursivos de que lançam mão os “seus” etnógrafos locais — literatura, acção cultural, etnografia no sentido estrito da palavra — é rectificadora pela referência comum ao tema englobante da cultura. Daí que o autor proponha no seu artigo uma acepção ampla de etnografia, entendida como o conjunto de empreendimentos que, propositadamente ou não, contribuem para produzir uma representação da cultura.

Dada de forma mais clara nestes dois textos, esta acepção ampla de etnografias locais reencontra-se, embora em plano mais secundário, noutros artigos publicados neste volume. É o caso da contribuição que Vera Marques Alves consagrou a Sales Viana. Mais do que o detentor de um saber especializado acerca da cultura popular, este erudito albicastrense é sobretudo um “esteta” alinhado com as opções de encenação da cultura popular do Estado Novo. A contribuição que Pedro Prista consagra a Estanco Louro refere uma outra dimensão possível dessa amplitude das etnografias locais. Por seu intermédio, somos confrontados com uma obra que — à semelhança da de muitos outros eruditos locais — cruza as fronteiras das disciplinas aparentemente mais díspares: da etnografia à estatística, da dialectologia à história. Finalmente, é ainda essa dimensão ampla de etnografia que podemos encontrar no artigo de Luís Martins sobre Baldaque da Silva. Embora situada no interior de uma tradição “desenvolvimentista” de escritos e relatórios produzidos no âmbito da administração central, a sua obra possui entretanto — como é sublinhado pelo autor — uma clara ressonância etnográfica.

Nesse sentido, a acepção de etnografias locais que acaba por emergir deste número especial da *Etnográfica* é a de um espaço relativamente multiforme de escrita comprometido, mais para além da diversidade de géneros discursivos em que se apoia, com juízos — formulados a partir “de dentro” (Santos Silva 1995) — sobre a cultura local, o povo e a tradição.

5. A segunda grande linha de diálogo que atravessa os textos agora publicados prende-se com a natureza das relações entre os saberes etnográficos locais — definidos da forma abrangente que acabámos de sugerir — e os saberes centrais.

Aquilo que é constitutivo da especificidade dos primeiros por referência aos segundos é, como vimos, uma relação de pertença e identificação com um

território determinado (localidade, concelho ou região), a partir do qual ganha corpo um olhar construído a partir de dentro. Diferentemente do etnógrafo central — que, ao longo do período considerado, percorre os lugares sem neles verdadeiramente se deter — o etnógrafo local habita — literal e afectivamente — os territórios de que fala. Mas, ressalvada esta especificidade, as contribuições reunidas no presente volume convidam-nos a relativizar o alcance de uma separação excessivamente rígida entre etnografias locais e saberes centrais.

De facto, definidas desta forma, as etnografias locais estão, por um lado, em constante relação com o centro. Desenvolvendo o essencial da sua actividade em Castelo Branco, Sales Viana, ao mesmo tempo que efectua aquilo que pode ser classificado como um trabalho de reciclagem “provincial” das grandes directrizes da “política etnográfica” do Estado Novo, vê-se investido de funções de organizador de eventos centrais do SPN/ SNI. Texto exemplar da produção localista sobre o Algarve, o *Livro de Alportel* — como sublinha Pedro Prista — nasce e desenvolve-se inicialmente como tese de doutoramento a apresentar na Faculdade de Letras de Lisboa.

Simultaneamente, outras contribuições para este volume colocam-nos perante personagens extremamente ambíguos do ponto de vista do lugar — central ou local — donde falam. O caso mais flagrante — referido no artigo de João Leal — é o de Vitorino Nemésio. Figura maior da literatura portuguesa do século XX, escritor de vocação universal e cosmopolita, Nemésio não deixou nunca de pertencer e se identificar com os Açores, ao ponto de ser sua a expressão de “açorianidade” como designação conceptual para as supostas particularidades idiossincráticas da “alma açoriana”. O caso de Pedro Homem de Mello — referido no artigo de João Vasconcelos — é também *sui generis*. Fidalgo fascinado pela ruralidade, Homem de Mello actua simultaneamente na esfera nacional e na esfera local, identificando-se com esta última mais por opção ideológica e estética do que por nascimento ou efectiva pertença. Finalmente, temos o caso de Baldaque da Silva, abordado por Luís Martins. Ligado ao centro de forma particularmente forte — uma vez que é um elemento preponderante da administração central — Baldaque da Silva constrói entretanto com os lugares que percorre uma relação de identificação de tal forma forte que não é certamente excessivo qualificá-lo como o etnógrafo local das comunidades costeiras portuguesas.

Mais para além dos planos que acabámos de referenciar, os artigos publicados neste volume sugerem uma dimensão ainda mais radical para esta fluidez de fronteiras entre saberes etnográficos locais e centrais. De facto, por detrás de ambos, é o mesmo tipo de olhar relativamente ao popular, aos modos da sua definição e estudo que é possível encontrar. Por exemplo, os temas fundamentais presentes nos discursos “açorianistas” abordados por João Leal — a etnogenealogia, a psicologia étnica, a objectificação da cultura popular — são eles próprios tópicos importantes no modo como a antropologia central pensa as relações entre cultura popular e identidade nacional. Os discursos sobre o passado e a tradição na Serra de Arga analisados por João Vasconcelos retomam de forma evidente tropos presentes nas reflexões sobre o popular

produzidas centralmente. Se Sales Viana pôde colaborar de forma tão efectiva com o SPN/SNI é porque “periferia” e “centro” faziam parte da mesma nebulosa ideológica. Cultor simultâneo da etnografia, da história, da dialectologia e da estatística, Estanco Louro replica ao nível local a orientação polivalente que podemos reconhecer, por exemplo, na reflexão de Leite de Vasconcelos sobre a cultura popular portuguesa (Leal 1996). E os exemplos poderiam multiplicar-se. Isto é: a linha de partilha entre saberes etnográficos locais e centrais é, do ponto de vista ideológico, muito frágil ou, mesmo, inexistente. Uns e outros, produzidos embora em lugares diferentes, partilham os mesmos pressupostos fundamentais acerca do popular.

6. A terceira grande linha de diálogo que percorre os artigos agora publicados, por fim, prende-se com a importância que o universo abordado tem para a história das práticas e discursos etnográficos em Portugal. Essa importância decorre antes do mais da própria fluidez de fronteiras entre o local e o nacional que acabámos de pôr em evidência. Se entre local e central a comunicação é a regra, não parece possível fornecer uma visão completa e fiel da história da antropologia portuguesa sem levar em conta os desdobramentos e ramificações locais da disciplina.

Simultaneamente, algumas das contribuições reunidas no presente volume sugerem outras razões para a importância das etnografias locais na história da antropologia portuguesa. É designadamente o que se passa com o artigo de João Vasconcelos e com a sugestão nele formulada segundo a qual o género etnográfico local teria uma mais efectiva capacidade de circulação no corpo social. Essa capacidade de circulação alargada das etnografias locais torna-as numa instância fundamental de interface entre o saber etnográfico e a sociedade. A sua consideração é nessa medida indispensável para uma história da antropologia portuguesa comprometida não apenas com as ideias, mas também com a dimensão prática e a relevância social que estas assumem. Também das etnografias locais se pode dizer o mesmo que Raphael Samuel afirmou acerca dos múltiplos exercícios não oficiais de história produzidos fora do campo académico em sentido estrito:

A história não é a prerrogativa do historiador [...]. É, antes, uma forma social de conhecimento, o trabalho, em qualquer instância, de milhares de mãos diferentes [...], o conjunto de actividades e práticas em que ideias de história se encontram embebidas ou em que é ensaiada uma dialéctica das relações entre o passado e o presente (1994: 8) ¹.

Mas não é apenas a esse nível mais restrito que a importância das etnografias locais se impõe. Os textos publicados neste número da *Etnográfica* sugerem que elas constituem simultaneamente um registo indispensável para pensar a história cultural e social de Portugal. De facto, por seu intermédio,

¹ “History is not the prerogative of the historian [...]. It is, rather, a social form of knowledge; the work, in any given instance, of a thousand different hands [...], the ensemble of activities and practices in which ideas of history are embedded or a dialectic of past-present relations is rehearsed”.

somos confrontados, por exemplo, com as tendências localistas e regionalistas que atravessam a vida portuguesa no período que medeia entre a segunda metade do século XIX e os anos 50/60 do século XX. O caso dos Açores, abordado por João Leal, é a este respeito particularmente sugestivo. Por seu intermédio, podemos dar-nos conta da importância dos argumentos “etnográficos” nas reivindicações autonomistas açorianas, e da conseqüente dimensão cultural de processos que tendem por vezes a ser vistos como exclusivamente políticos ou económicos.

Mas não é apenas a este nível que a importância dos saberes etnográficos locais pode ser surpreendida. Ao mesmo tempo que se revelam centrais na emergência de níveis de pertença colectiva intermédios, como o concelho ou a região, estes saberes desempenharam também um papel fundamental na nacionalização de Portugal e dos Portugueses. Isso torna-se particularmente óbvio nos casos em que os saberes locais e as reivindicações identitárias a eles associados se fazem eco de uma ideologia em que o amor da “pequena pátria” — representada pela localidade, pelo concelho ou pela região — é visto como um preâmbulo ao amor da “grande pátria” — constituída pela nação (para efeitos comparativos cf. Thiesse 1997). Mas mesmo quando esta ideologia não surge formalmente articulada, as etnografias locais podem de qualquer modo ser vistas como desdobramentos localizados de processos mais amplos de imaginação intelectual e de construção prático-simbólica de Portugal como nação. Desde muito cedo associados às grandes sínteses propostas centralmente (cf., por exemplo, Bethencourt e Ramada Curto 1991, Ramos 1994, Branco e Leal 1995), os saberes locais, designadamente etnográficos, encarregaram-se de pormenorizar no terreno a cartografia da nação elaborada a partir do centro, circunscrevendo particularidades mais invisíveis, identificando facetas locais desconhecidas, nacionalizando pormenores diferenciais da vida “provincial” e local que vão fazendo gradualmente de Portugal uma composição uma *mas* diversa.

Encarados deste ponto de vista, os saberes etnográficos locais não são apenas uma parte importante da história da etnografia portuguesa ou dos discursos eruditos sobre o popular. Constituem também um capítulo fundamental do modo como a ideia moderna de Portugal se foi estruturando ao longo de cerca de um século.

7. A par destas grandes linhas de diálogo, os artigos publicados neste número da *Etnográfica* identificam também um certo número de questões que, por serem objecto de um tratamento mais pontual e incompleto, representam sobretudo desafios a levar em conta em investigações ulteriores sobre a mesma temática.

Um desses desafios tem a ver com o reforço daquilo que poderíamos designar como a componente biográfica deste tipo de estudos. A importância dessa componente está presente em certos artigos — como os Pedro Prista e Luís Martins —, que sugerem uma fortíssima ligação entre o obra dos autores analisados e a sua própria vida, mas é mais insinuada do que verdadeiramente

trabalhada. Entretanto, ela é fundamental para a compreensão de percursos individuais cuja lógica se situa também ao nível das subjectividades tal como estas se expressam, por exemplo, no empenhamento social e político, na “paixão” pela *terra*, nas redes de afectos e sociabilidades localmente construídas. O desafio que fica é o de tornar mais evidente a presença das pessoas por detrás das ideias.

O outro desafio tem a ver com o estudo mais detalhado das formas de circulação, recepção e apropriação das etnografias locais. Com excepção do artigo de João Vasconcelos e de uma ou outra sugestão contida nas contribuições de João Leal e Luís Martins, o tema acaba por ter um tratamento global relativamente discreto. Entretanto, como notámos atrás, é aí que se situa um dos maiores motivos de interesse das etnografias locais: na sua capacidade de circulação alargada e no modo como, por essa razão, elas constituem um dos domínios fundamentais para se perceber o modo como se processa o diálogo entre a disciplina etnográfica e o corpo social envolvente. O desafio é, neste caso, o de enfatizar a capacidade que as ideias têm de influenciar a vida. Num momento em que as tendências e empreendimentos de patrimonialização da ruralidade, do artesanato, da tradição, se tornaram centrais na reconversão da paisagem do país, este é — como de resto sugere o artigo de João Vasconcelos — um desafio particularmente importante.

BIBLIOGRAFIA

- BETHENCOURT, Francisco, e Diogo Ramada CURTO (eds.), 1991, *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1986, “Cultura como Ciência? Da Consolidação do Discurso Antropológico à Consolidação da Disciplina”, *Ler História*, 8, 75-101.
- , 1995, “Lugares para o Povo: Uma Periodização da Cultura Popular em Portugal”. BRANCO, J. F., e J. LEAL (eds.), “Retratos do País. Actas do Colóquio”, *Revista Lusitana*, n.º 13/14, 165-202.
- BRANCO, Jorge Freitas, e Luísa Tiago de OLIVEIRA, 1993, *Ao Encontro do Povo — 1. A Missão*, Oeiras, Celta Editora.
- BRANCO, Jorge Freitas, e João LEAL (eds.), “Retratos do País. Actas do Colóquio”, *Revista Lusitana*, n.º 13/14.
- BRITO, Joaquim Pais de, 1995, “No Tempo da Descoberta de Um Escultor”, *Onde Mora o Franklin? Um Escultor do Acaso*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia — Instituto Português de Museus, 11-24.
- LEAL, João, 1988, “Prefácio”, PEDROSO, Consiglieri, *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-40.
- , 1993, “Prefácio”, COELHO, Adolfo, *Obra Etnográfica. Vol. I. Festas Costumes e Outros Materiais para Uma Etnologia de Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-36.
- , 1995, “Imagens Contrastadas do Povo: Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista”, BRANCO, J. F., e J. LEAL (eds.), “Retratos do País. Actas do Colóquio”, *Revista Lusitana*, n.º 13/14, 143-164.
- , 1996, “Prefácio”, VASCONCELOS, José Leite de, *Signum Salomonis. A Figa. A Barba em Portugal. Estudos de Etnografia Comparativa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 15-43.
- PINA CABRAL, João de, 1991, “A Antropologia em Portugal Hoje”, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 11-41.
- PRISTA, Pedro, 1994, *Sítios de Querença. Morfologia e Processos Sociais no Alto Barrocal Algarvio* (tese de doutoramento em Antropologia Social), Lisboa, ISCTE.
- RAMOS, Rui, 1994, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, MATTOSO, J. (ed.), *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SAMUEL, Raphael, 1994, *Theatres of Memory. Vol. 1: Past and Present in Contemporary Culture*, Londres-Nova Iorque, Verso.
- SILVA, Augusto Santos, 1995, “Os Lugares Vistos de Dentro: Estudos e Estudiosos Locais do Século XIX Portugueses”, BRANCO, J. F., e J. LEAL (eds.), “Retratos do País. Actas do Colóquio”, *Revista Lusitana*, n.º 13/14, 69-95.

———, 1997, "O Povo nos Seus Lugares: o Clima Moral da Primeira Etnografia Portuguesa", JORGE, V. O., e R. ITURRA (eds.), *Recuperar o Espanto: o Olhar da Antropologia*, Porto, Afrontamento, 117-141.

THIESSE, Anne-Marie, 1997, *Ils apprenaient la France. L'Exaltation des régions dans le discours patriotique*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.